

**EVENTOS DISCURSIVOS CARREGADOS DE SENTIDOS:
EFEITOS MONITORÁVEIS?**

Ieda Tinoco Boechat (UENF, UNESA e UNIFSJ)
iedatboechat@hotmail.com

Thiago Soares de Oliveira (UENF, CUBM e IFF)
so.thiago@hotmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UFRJ e UENF)
arruda.sergio@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute os efeitos de sentido construídos nos eventos discursivos entre os terroristas extremistas islâmicos e os cartunistas franceses, protagonistas da “crise das charges”, que impactou o mundo pela primeira vez em 2005 e pela segunda vez em 2015. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e consulta a *sites*, documentários e periódicos, este estudo põe em questão a possibilidade de um discurso ser inócuo, concluindo que o discurso é essencialmente sentido, um evento discursivo irrepitível e que traz todo um significado que se torna expresso para o leitor à luz de um já-dito que o acompanha, colocando-se como uma ação endereçada a um interlocutor, que pode gerar (re)ações, comunicar ideias e (des)fazer vínculos sociais, não sendo, portanto, ingênuo, apolítico e desprovido de sentido nem completamente isento de intenção.

Palavras-chave: Ideologia. Subjetividade. Efeitos de sentido.

1. Introdução

O presente trabalho tematiza o discurso contextualizado nas relações discursivas entre os jornalistas franceses e os terroristas extremistas islâmicos. Objetiva, assim, discutir a formação discursiva e os efeitos de sentido que se constroem nessas relações que se tecem em uma terminologia e atitudes bélicas; para tanto, expõem-se os pressupostos da análise do discurso e relata-se brevemente o desenrolar da história entre os protagonistas responsáveis pela “crise das charges”, problematizando a questão: um discurso pode ser inócuo?

Dessa forma, este artigo centra sua justificativa, inspirada em Posenti (2009), no entendimento de que um discurso só ocorre em uma sociedade se houver aí condições de produção sócio-históricas na formação social, para que haja uma ideologia que se materialize em um discurso que tenha marcas características dessa ideologia. Logo, supõe-se, um discurso não é ingênuo e apolítico nem desprovido de sentido ou isento de intenção, o que pressupõe uma análise não totalmente pautada na análise

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

do discurso de francesa, em razão dos próprios posicionamentos de Possenti (2009), mas enviesada por tal disciplina, uma vez que se faz necessária a apresentação, ainda que sucinta, de determinados conceitos.

Relevante se mostra tal discussão por evidenciar que parece pairar no imaginário social a possibilidade de monitorar efeitos de sentido e de que suas consequências sejam previstas, ou seja, que eventos discursivos alcançarão somente o objetivo a que se propuseram inicialmente aqueles que o enunciaram.

Por fim, com o intuito de dar conta de uma análise que, obviamente, não se esgota em poucas páginas tampouco esgota os diversos vieses a partir os quais o tema pode ser tratado, vale ressaltar que não se pretende exaurir as vias de análise, mas refletir e analisar o tema em questão sob a ótica discursiva.

2. *Metodologia*

Inicialmente, este trabalho parte de uma sucinta revisão bibliográfica que, de per si, não representa a metodologia adotada, já que a bibliografia especializada não constitui, de fato, a fonte de dados a que se recorre para o desenvolvimento da pesquisa. Aliás, segundo Tozoni-Reis (2010), pensar que a pesquisa bibliográfica está presente em todas as modalidades de pesquisa é um equívoco cometido tanto por alguns pesquisadores iniciantes quanto por pesquisadores mais maduros.

Na verdade, a base teórica que respalda a discussão aqui proposta é resultado de uma revisão bibliográfica a partir da qual se recorre a autores da área do discurso, especialmente da análise do discurso, ainda que esta disciplina não seja o único supedâneo de entendimento a embasar o artigo, já que, no decorrer da parte teórica do trabalho, a noção de sujeito assujeitado da análise do discurso é contraposta à noção de sujeito intencional de Possenti (2009).

Considerando, dessa forma, a fonte de dados que respalda o fazer analítico deste artigo, adota-se como metodologia a pesquisa documental de caráter qualitativo, amparada, por conta do assunto, em consultas a *sites*, vídeos do *Youtube*, documentários e artigos publicados na revista *Veja*. Por se tratar de um tema recente, a coleta de dados se valeu não só dos periódicos e documentários produzidos e divulgados a respeito da "crise das charges", mas também de vídeos capazes de engrossar a discussão sobre o assunto.

Nesse sentido, a fim de dar conta do objetivo proposto de discutir os efeitos de sentido construídos nos eventos discursivos entre os terroristas extremistas islâmicos e os cartunistas franceses, parte-se da consulta a obras, documentários e periódicos, ancorados em pressupostos teóricos discursivos, com o intuito de construir um artigo capaz de abordar a questão do efeito de sentido de forma não fragmentária, mas interrelacionada.

3. Os pressupostos da análise do discurso aplicados às charges

Diversas são as concepções da palavra "discurso" no âmbito da análise do discurso. Contudo, para a finalidade aqui proposta, os estudos do discurso têm, a princípio, de ser considerados como um fenômeno político, antes de mais nada, e segundo o entendimento de Oliveira (2013).

De acordo com Silva (2013), segundo a teoria bakhtiniana ou dialógica, o discurso humano resulta de condições sociais e históricas, logo, nunca se fala sozinho; a autoria pressupõe polifonia, pois implica um diálogo entre diferentes autores: “o grupo de Bakhtin pensa a linguagem como um lugar de convergência de diferenças, em que a identidade se constrói pela convivência com a diversidade, com o outro” (FARIA E SILVA, 2013, p. 48)

O princípio do dialogismo que orienta essa teoria se refere ao fato de que quando alguém fala, dirige-se a outro, mesmo sem conhecê-lo; simultaneamente, sempre retoma o que já foi dito por outros. Isso implica considerar que respostas devem ser esperadas de todos os enunciados dos quais uma pessoa participa. Essa noção liga-se à concepção de língua como interação verbal, o que se evidencia no fato de um autor levar em consideração seu interlocutor direto ou indireto quando produz um enunciado⁹⁷. Assim, prossegue Silva (2013), o dialogismo acontece pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre discursos presentes, implícita ou explicitamente, nos enunciados.

Na concepção de Bakhtin (1929) *apud* ALKMIN, 2001, p. 25), “a verdadeira substância da língua [...] é constituída [...] pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou das enuncia-

⁹⁷ O termo *enunciado* recebe definições diversas. Maingueneau (2004, p. 57) acolhe o termo como “o valor de frase inscrita em um contexto particular”.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ções. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua”.

Nessa linha de raciocínio, Silva (2013) explica que, enquanto para algumas teorias o enunciado é o produto da enunciação, para Bakhtin, o processo e o produto da enunciação são constitutivos do enunciado.

Pode-se dizer que se tem, desse modo, na filosofia bakhtiniana, uma “filosofia do ato ético”, assevera Silva (2013, p. 51), uma vez que

Os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito que tem um lugar na sociedade e na história, ou seja, um sujeito que sempre está em interação com outros sujeitos. Por isso, o signo para Bakhtin não é linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural. O termo ético, então, refere-se à vida do homem, e não ao certo ou ao errado.

Assim, mesmo uma pessoa trazendo em seu discurso as vozes de outros e respondendo a elas, diz Silva (2013), cada enunciatador, no uso da língua e se instaurando como sujeito do discurso, dá ao enunciado seu estilo, estabelecendo relações dialógicas com os discursos que configuram seu tempo, comprometendo-se com eles, reproduzindo-os ou questionando-os.

Os diversos discursos que atravessam uma formação discursiva não se constituem independentemente. Toda *formação discursiva* (que elabora as formas de dizer) corresponde a uma formação ideológica (que elabora o *pensar*). A formação discursiva é ensinada a cada homem que, com ela devidamente assimilada, constrói seus discursos. O homem, dessa forma, reage linguisticamente aos acontecimentos. (MOURA; LUQUETTI; BANDOLI, 2011, p. 189)

Nesse rumo, afirma Santos (2013) que Pêcheux entende o discurso como os efeitos de sentido dentro da relação linguagem e ideologia, um ponto intermediário entre ambas, que busca explicitar os mecanismos da determinação histórica nos processos de significação. O autor estabelece uma ligação entre ideologia, discurso e subjetividade ao articular materialismo histórico, linguística e psicanálise para conceber um sujeito “capturado”, constituído no processo de interpelação: um sujeito de uma formação social, que se reconhece como sujeito por práticas no interior de formações ideológicas, referendadas por meio de formações discursivas.

Por formação discursiva, entende-se com Foucault (2009, p. 43-44) um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram uma época dada, e para uma área

social, econômica e geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Tal concepção é reformulada por Pêcheux e relacionada à história, à memória discursiva e às formações ideológicas, definidas como um

Conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais e que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras, que têm como parte constituinte de si uma ou mais formações discursivas que se inter-relacionam, determinando aquilo que se pode e deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX (1971) *apud* SANTOS, 2013, p. 219)

Desse modo, segundo Santos (2013), o interdiscurso, articulado ao complexo de formações ideológicas – falas que procedem de outros lugares de maneira independente –, é definido como memória discursiva – um conjunto de já-ditos que sustenta o dizer: os sujeitos deixam transparecer os efeitos de um saber discursivo que os une por meio do inconsciente e das ideologias que os envolvem. O intradiscurso, por sua vez, seria uma interioridade, o dito atravessado pelo não dito, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Em outras palavras, Santos (2013) sintetiza a representação que Orlandi faz dessa construção: o já-dito (o interdiscurso) estaria no eixo vertical, o que está sendo dito (o intradiscurso) estaria no eixo horizontal e o dizível na intersecção dos referidos eixos.

Pêcheux, assim, entende que as formações discursivas se desenvolvem em espaços ideológico-discursivos, dadas as relações de dominação, subordinação e contradição em que são forjadas, e que a formação ideológica está vinculada a uma subjetividade adjacente da e na história, diz Santos (2013).

Nesse contexto, evidente se torna que todo discurso das civilizações se tece com fios ideológicos, subjetivos e históricos. Com os cartuns publicados em jornal não seria diferente. Segundo Silva (2013), a análise de uma charge de jornal deve considerar, além dos quadrinhos e palavras utilizadas, o cartunista que a produz, em que local circula o jornal e quem o lê: a identidade do autor, as temáticas que aborda, o jornal em que ele publica (público-alvo, seção, notícias daquele período) e o que o presumido leitor do jornal sabe sobre o assunto e qual sua posição social. Estes são fatores externos essenciais à constituição de sentidos ao enunciado, pois participam dele como constitutivos do todo que cria sentidos.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Na concepção de Pêcheux, Silva (2013) diz que a unidade de sentido marca as fronteiras do enunciado. O sentido abre-se em significação, que é constante; e tema, que é único e irrepitível, pois diz respeito ao todo constitutivo do enunciado, como, por exemplo, parte verbal, entonação, relação entre os interlocutores, condições sócio-históricas, temporais e espaciais, entre outras.

Importa, no entanto, salientar que Possenti (2009) sugere que o sentido não é convencional. O autor alude a Bakhtin para lembrar que o signo não espelha a realidade, mas a refrata. E prossegue dizendo que a significação depende dos discursos que exibem os meios de expressão e, simultaneamente, é a significação que faz, em boa medida, os discursos serem o que são. Ela só pode ser explicada por meio de uma história entendida como luta de classes em torno de bens materiais e simbólicos. Esse entendimento de Possenti (2009) claramente destoa da análise de Santos (2013) acerca da noção de Pêcheux relativa ao sujeito "capturado", assujeitado pela ideologia e pelo inconsciente.

Em outras palavras, Possenti (2009) entende que o sujeito enuncia um discurso "de outro" numa dada circunstância, assumindo uma posição discursiva. Para o autor, tal sujeito elabora um novo enunciado sobre e a partir do material do outro discurso e intervém ativamente na produção de algo novo, sabe o que está fazendo e tem espaço de atuação, não sendo, portanto, nem autônomo nem subjugado.

Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semissistemas em processo. Nada é estanque nem totalmente estruturado. (POSSENTI, 2009, p. 73)

Desse modo, o sujeito tem, para o autor supracitado, relativa autonomia na condução do seu discurso, não estando, pois, convertido a uma ordem discursiva, passivamente submetido ao projeto de outro discurso, apenas reproduzindo as forças que fizeram com que o enunciado se produzisse de um modo e não de outro, ou seja, o sujeito não é refém do interdiscurso.

Possenti (2009) fala, então, de um sujeito intencional, de um sujeito "fora do arquivo", que assume uma posição ao enunciar seu discurso, considerando a circunstância do aparecimento de tal discurso em um dado momento como mais uma condicionante sua a ser acrescentada ao interdiscurso.

Para tal formulação, Possenti (2009) baseia-se em De Certeau e Maingueneau para asseverar que, além de condicionado por “efeitos de estrutura”, o sujeito não é somente consumidor, mas um “usuário” de discursos, cuja competência discursiva se deve ao pequeno número de restrições que subjugam o discurso, verdadeira máquina de produzir enunciados e textos.

A partir das conjecturas acima, Possenti (2009, p. 80) propõe o princípio de que o “discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura”, princípio do qual derivam outros cinco:

1. os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais;
2. cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial;
3. cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior;
4. cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal; e
5. o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer).

Então, longe de assujeitado, reforçada está a tese do sujeito intencional, afastado de uma das principais premissas da análise do discurso. Isso significa que as pessoas podem enunciar um discurso, usando deliberadamente o interdiscurso político-religioso, por exemplo, provocando sentidos cômicos e críticos em um espaço de enunciação, e sentidos interditos e heréticos em outro.

Assim, Possenti (2009) alerta para a possibilidade de ocorrer uma interincompreensão quando se fala de um discurso estando fora dele, principalmente se a posição adotada é conflitante com tal discurso: “os enunciados de um discurso são interpretados segundo os princípios (a semântica global) do outro discurso, e o resultado é sempre um simulacro” (POSSENTI, 2009, p. 65). Desse modo, inegável é que o discurso tem um enorme poder. Ele (re)produz “conhecimentos e crenças por meio de diferentes modos de representar a realidade; estabelece relações

sociais; e cria, reforça ou reconstitui identidades”. (MOURA; LUQUETTI; BANDOLI, 2011, p. 189)

O poder do discurso se pode constatar no diálogo acirrado entre os jornalistas franceses do *Charlie Hebdo* e os extremistas do Islã expresso no conflito político mundial deflagrado pela publicação das doze charges que ironizavam Maomé, tanto no evento de 2005, quanto, novamente, em 2015.

4. *A sátira do semanário francês e o terrorismo extremista islâmico*

“Quando as guerras são travadas no terreno das ideias, as armas mais eficientes são os gestos carregados de significados” (WATKINS, 2015, p. 57). Assim, a jornalista inicia seu texto para dizer que, em resposta ao atentado ao jornal *Charlie Hebdo* e à matança aos judeus, o presidente francês sai às ruas e o mesmo jornal, daí a uma semana, revista com Maomé na capa chorando e anunciando com um cartaz em punho “Eu sou Charlie”.

Segundo Watkins (2015), as mensagens destinavam-se ao mundo, mas, em especial, aos terroristas extremistas, que almejam ganhar dos franceses um *status* de cidadãos que os liberasse de incorporar valores ocidentais, tais como a liberdade de expressão e de religião, bem como o Estado de Direito. Esses indivíduos são aqueles que se apoiam na religião para matar os que consideram infiéis ou se colocam como obstáculos aos seus planos.

Ainda consoante a autora, cogitou-se, nas comunidades islâmicas, a necessidade de separar o joio do trigo; caberia, pois, uma ação efetiva dos muçulmanos moderados de denunciar e isolar os perigosos, além de evitar novos ataques, já que estes últimos perfazem seis por cento da população muçulmana na Europa. Segundo Wolf (2015), para o jovem filósofo muçulmano Bidar, não é suficiente que os pacíficos digam “Isso não é o Islã” e que os moderados digam “Não em meu nome”. Seria preciso mais: um enfrentamento.

No entanto, panos quentes sobre a ação terrorista são postos e encontram explicação nas políticas migratórias europeias, cujas medidas se inspiram no multiculturalismo, entendido como a possibilidade de diferentes povos coexistirem sem conviverem e alimentado pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos. Tais medidas acabaram gerando o isolacionismo dos imigrantes muçulmanos em guetos e periferias, bem

como a revolta desse grupo contra a Europa por não se sentirem impelidos a adotar seus valores. Nesse caso, é a religião que define a identidade.

Atualmente, políticos e intelectuais da sociedade fazem uma apologia à proteção à sensibilidade de grupos em detrimento da defesa dos direitos democráticos históricos, diz Rose (2015). A democracia pode adoecer com o medo, a ideologia antiocidental e a má-fé intelectual, assevera Wolf (2015), aplaudindo a atitude dos franceses que saíram às ruas proclamando “*Je suis Charlie*” e “*not afraid*”, mensagens que, em sua opinião, simbolizaram os melhores valores humanos produzidos e dignificaram as raízes iluministas da civilização, alumando o caminho de saída da escuridão do ódio político e do obscurantismo religioso assassino.

Segundo Wolf (2015), para Bidar, o monstro jihadista, capaz de usurpar a identidade do Islã, nasceu das contradições do islamismo, tornando essa cultura refém de delinquentes. Ele acusa os intelectuais ocidentais de uma cegueira ideológica que os impede de ver o poder da religião sobre os homens, e diz que é preciso enfrentar essas questões com disposição para “reformular o Islã”, abrindo caminho para regimes democráticos estáveis, para o triunfo do Estado de Direito, do respeito às liberdades individuais e aos direitos humanos, isto é, para sua ocidentalização”. (WOLF, 2015, p. 73)

Nesse rumo, o conflito das charges não se inicia com o ataque dos extremistas à sede do semanário francês, que contabilizou doze mortos e onze feridos. Na verdade, a “crise das charges” começou há dez anos, assevera Rose (2015, p. 64), “depois que encomendei uma dúzia de charges retratando Maomé. Foi essa decisão que provocou uma tempestade ao redor do mundo, com a republicação das charges em vários outros jornais”.

A crise começou em 2005 de modo bastante inocente. Um autor de livros infantis não conseguia encontrar um ilustrador para um livro sobre Maomé. Vários ilustradores se recusaram a fazer o trabalho por medo. Aquele que concordou em fazê-lo insistiu no anonimato. Havia ainda vários outros casos similares. Teatros, comediantes, tradutores e museus estavam censurando a si mesmos quando o assunto era o Islã. *Meu objetivo não era provocar nem zombar de ninguém, mas simplesmente começar um debate a respeito de autocensura em nosso tratamento do Islã em comparação com outras religiões. Ao propormos uma demonstração prática – “Mostre, não conte”, um princípio jornalístico –, queríamos deixar que os leitores formassem as próprias opiniões. Como constatamos, temores de violência pela ridicularização de um símbolo religioso estavam longe da fantasia* (ROSE, 2015, p. 64, grifo nosso).

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

No documentário *Charges Sangrentas de Maomé*, dirigido por Karston Kjaer (2007), que inicia se indagando se Deus é democrático, Kurt Westergaard relata que Flemming Rose pediu-lhe que fizesse as charges para responder à provocação dos terroristas que têm na religião uma munição espiritual. Em 30 de setembro de 2005, doze charges foram publicadas no jornal dinamarquês *Jyllands Posten*, para mostrar que, em uma democracia moderna, pode-se satirizar figuras religiosas.

O xeque Raed Hlayhel explica, no referido documentário, que não acredita se tratar de um conflito entre uma sociedade moderna livre e o islamismo, mas de um ódio que ela nutre desde as Cruzadas. Convicto de que Rose arderá no inferno por setenta anos se não se curvar a Alá, acredita, também, que o Islamismo se funda em valores mais adequados ao ser humano do que aqueles da democracia ocidental. O xeque se orgulha de ter incitado as reações às charges porque esse fato despertou os políticos para suas causas. Ressalta, ainda, que o governo e o jornal dinamarquês, considerando tudo uma questão de liberdade de expressão, não se desculparam.

Os protestos de 2005 foram violentos: bandeiras queimadas, cento e cinquenta pessoas mortas, embaixada dinamarquesa incendiada. Ainda em meio ao calor da revolta, o editor-chefe do *Charlie Hebdo*, Philippe de Val, decide publicar as charges: “Precisamos definir quem faz as leis: os grupos religiosos ou os legisladores em uma democracia”. O jornalista Henryk Broder, a favor de insultar crenças religiosas, refere-se às charges, no documentário, como caricaturas inocentes, ingênuas, ótimas piadas. No entanto, Dr. Ihsanoglu, secretário-geral da OCI, uma organização que coordena vários países islâmicos, nega sua participação no incentivo às violentas reações às charges e pontua que tanto o desrespeito do ocidente a vinte por cento da população mundial quanto o incêndio da embaixada não são atitudes civilizadas: “os dois lados são irresponsáveis”.

Flemming Rose (2015) diz que, em 2005, foi considerado culpado pela reação desmedida e letal de eventos decorrentes de tal acontecimento. O jornalista inquieta-se por não compreender a atitude de pessoas que apoiam a diversidade em relação à cultura, religião e etnia, mas não em relação à autoexpressão. Para ele, quanto maior a diferença, mais necessária é a troca aberta e livre de pontos de vista. Rose entende que a charge encomendada por ele a Westergaard (Figura 1), criticada por racismo e por estigmatizar os muçulmanos, na verdade, ataca uma doutrina religiosa rígida e não um grupo social particular; é-lhe impossível aceitar a lógica de pessoas que colocam religião e raça no mesmo patamar.



Fig. 1: Charge de Westergaard publicada no *Jyllands Posten*, em 2005.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q>

Visando defender o direito de ofender e garantir uma liberdade de expressão sem limites em um mundo multicultural, Rose (2015) expressa que, em vez de um tratamento de sensibilidade a ofensas, as pessoas precisam se tornar resistentes e insensíveis. “Os assassinos de Paris acreditavam sinceramente que os seres humanos do *Charlie Hebdo* mereciam morrer por causa de suas charges ofensivas” (ROSE, 2015, p. 65), não discernindo a diferença real entre falar e agir, entre insultar verbalmente alguém e violentá-lo fisicamente.

Perguntado sobre os limites das charges satíricas de Maomé, o ex-editor-chefe do semanário, Philippe de Val responde questionando a impossibilidade de uma civilização de ridicularizar os que bombardeiam trens e aviões e assassinam civis inocentes em massa, diz Rose (2015).

No Brasil, o discurso não é diferente. Adotando uma terminologia bélica, identificando humor a deboche, cartunistas brasileiros reuniram-se no evento “Território Livre da Democracia”, no Rio de Janeiro, uma semana após o atentado, em solidariedade aos franceses. Ziraldo, questionando “o que o Ocidente vai fazer para que nossos filhos não vivam sob

o terror”, diz que Volinsky, cartunista assassinado no trágico evento de 7 de janeiro de 2015, a quem sempre considerou “um guerreiro com um propósito”, ter-lhe-ia dito: “se a gente se intimida, se a gente muda de rota e deixa de fazer o jornal que nós fazemos, eles vão ganhar; nós não podemos perder mais. Agora, não dá pra gente recolher as armas e sair do campo de batalha. Vou ter que morrer aí”. Ao que parece, o debate acirrado entre democracia e religião novamente leva o mundo avaliar os limites da liberdade de expressão e religiosa.

5. *Discursos bélicos: palavras ofensivas, “charges sangrentas” e armamento pesado*

Estupefatos com tamanha violência, cartunistas brasileiros dizem nunca terem pensado na possibilidade de um desenho motivar um ataque terrorista. Será que os cartunistas franceses ignoravam o fato de que um evento discursivo se direciona a alguém situado espacial, temporal e historicamente, já que os enunciados estão sempre ligados a uma atividade humana, desempenhada por um sujeito em constante interação com outros e que o signo que refrata a realidade não é apenas linguístico, mas ideológico, ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural?

Teria o cartunista que inicia o debate em 2005, para discutir a autocensura no tratamento do Islã em relação a outras religiões, se engajado em uma empreitada político-ideológica sem dimensionar as consequências ao encomendar charges satíricas de Maomé, lembrando-se apenas do princípio jornalístico e ignorando o princípio do dialogismo, que acontece pela interação entre interlocutores diretos e pela relação entre discursos presentes, implícita ou explicitamente, nos enunciados, o que implica considerar que respostas devem ser esperadas de todos os enunciados dos quais uma pessoa participa?

Centrado em seu objetivo de dar uma resposta aos provocativos terroristas que tomam a religião por munição, seria o jornalista desconhecedor da importância das condições extralinguísticas na produção dos efeitos de sentido dos enunciados utilizados nos discursos e acreditaria ele em que tal enunciado cumpriria somente o objetivo que tentou produzir pacificamente com linguagem bélica?

O discurso dos cartunistas, apoiados em sua crença na defesa de uma democracia conquistada historicamente e no desejo de ocidentalizar

o Islã com um debate ofensivo, expresso em charges que abarcam fatores externos, tais como a nevrálgica relação política entre os interlocutores, as divergências religiosas, antigas pendências sócio-históricas que atravessam mares e gerações, constitutivos do todo que cria sentidos, essenciais à compreensão do enunciado, não teria feito de um lápis um fuzil Kalashnikov?

O discurso dos “delinquentes” islâmicos, em sua intolerância política e religiosa, que matam inocentes, jornalistas e judeus apoiados em sua crença na religião, não teria desenhado com sangue sua indignação nas ruas parisienses, ainda que de forma e dimensão absurdamente equivocadas, desproporcionais e desumanas?

Parece que ambas as partes, terroristas extremistas e cartunistas ofensivos, não se deram conta em bom tempo de que o enunciado e seus elementos constitutivos formam um todo criando sentidos e definindo destinos numa cadeia de discursos bélicos: cartunistas franceses ofendem muçulmanos (extremistas), muçulmanos matam franceses, franceses caçam e matam muçulmanos, franceses prosseguem em ataques com grafite.

Parece ser a violência física muito diferente da violência verbal para os ocidentais. Mas será que é assim para todos? Em algumas culturas, um insulto causa uma vergonha pior que a morte; em outras, a uma ofensa se responde com vingança. Para o cristianismo, por exemplo, tanto quem mata quanto quem insulta são “réus de juízo”. A Bíblia Sagrada (2000), no livro de Mateus, registra que aos antepassados teria sido ordenado não matar e quem o descumprisse seria julgado. Contudo, para Cristo, todo aquele que se irar contra seu irmão ou que proferir contra ele uma ofensa está sujeito a julgamento. Como encontrar, então, parâmetros balizadores para mensurar e avaliar o modo pelo qual uma pessoa se sente agredida? O ocidental sabe bem como fere um fuzil, mas saberia discernir quanto pode ferir uma palavra, uma charge, um enunciado, enfim?

Quando os franceses falam de um discurso em uma posição externa a ele e conflitante com ele, o resultado é uma caricatura grosseira que provoca uma interincompreensão, pois os enunciados do discurso foram interpretados segundo a semântica global do outro discurso: os cartunistas, inconformados com a intimidação que os terroristas islâmicos causam à classe e à sociedade, dispuseram-se a abrir a discussão com charges irônicas e provocativas que produziram humilhação e vexame. Na

“crise das charges”, em que os primeiros veem um debate, os últimos percebem efeitos de sentidos a serem vingados.

Como se formam os discursos e como as pessoas se formam nesses discursos? Islâmicos e franceses são povos distintos. Cada povo lida com uma gama de atitudes e representações que não são de cada um em particular nem de todos ao mesmo tempo, e que se relacionam a posições de civilizações conflitantes umas com as outras, constituídas por formações discursivas interligadas, ditando o que pode e deve ser dito, articulado, aqui, em charges de jornal, a partir de uma posição político-ideológica definida em uma conjuntura sócio-histórica e cultural determinada, como já explicitado.

No entanto, parecendo desconsiderar tais fatos, os jornalistas franceses tentam legitimar seu discurso em nome de uma liberdade irrestrita de expressão e de uma democracia conquistada historicamente, pretendendo evidenciar quão ilegítimo é o discurso dos extremistas islâmicos; estes, por sua vez, buscam legitimar seu discurso em nome da liberdade de viver sua fé religiosa e sua luta política como as compreendem e de não se ocidentalizar, almejando realçar quão ilegítimo é o discurso dos cartunistas. Tal debate bélico parece revelar, como diz Possenti (2009, p. 38) ao se referir à luta pela utilização ou não de determinada palavra, em uma “língua politicamente correta”, “as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros”.

6. *Considerações finais*

As charges francesas dão ao enunciado um significado que não está expresso, mas os leitores islâmicos, destinatários-alvo da mensagem, trazem consigo um já-dito e, por meio de sua memória discursiva, colocam no entendimento do enunciado seus valores históricos e ideológicos, produzindo efeitos de sentido: uma ofensa, um insulto, uma blasfêmia, no caso em questão.

Ao que parece, o entendimento dos jornalistas franceses não é simples efeito daquilo que os antecede e afeta. Eles têm claro para si seus objetivos. Além disso, quando ativamente deitam ingênua nanquim sobre o passivo papel, escolhem deixar de ser apenas consumidores para serem usuários dos discursos que enunciam, a partir de uma posição política adotada em um dado momento, sendo, portanto, condicionados, mas não determinados por uma formação discursiva.

Nesse sentido, nenhum discurso é ingênuo, apolítico e desprovido de sentido nem completamente isento de intenção, coadunando-se com o entendimento de Possenti (2009). Sendo essencialmente sentido, um evento discursivo que não mais se repetirá e que traz todo um significado, que se torna expresso para o leitor à luz de um já-dito que o acompanha, coloca-se como uma ação endereçada a um interlocutor, podendo gerar (re)ações, comunicar ideias e (des)fazer vínculos sociais. Os cartuns constituem enunciados que promovem reflexão, provocam novas atitudes e deflagram comportamentos.

Por isso, torna-se difícil o monitoramento dos efeitos de sentido e a previsão da amplitude e das consequências de um evento discursivo; corre-se o risco de uma interincompreensão, especialmente no caso em questão, em que franceses enunciam seu discurso a partir de uma posição exterior e conflitante com o discurso islâmico, e têm seus enunciados interpretados conforme os princípios desse outro discurso.

Assim, autoexpressão e religião embebidas em boa dose de sangue e política geram uma disputa de ideias e de poder pleiteados violentamente. Os franceses, lutando por humor e sátira sem fronteiras, usam como armas cartuns, esquecendo-se de que a unidade de sentido delinea as fronteiras do enunciado, relativizando, talvez, os princípios franceses de liberdade, igualdade e fraternidade; indignados pela intimidação, desconhecem limites. Extremistas islâmicos, por seu turno, lutando por liberdade religiosa e política, usam como armas fuzis, esquecendo-se do Alcorão e das conquistas e interesses de seu povo, de sua nação; desrespeitados e humilhados, também recusam limites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1., p. 21-46.

BÍBLIA sagrada. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

FARIA E SILVA, Adriana Pucci Penteadado de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 45-69.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

GARCIA, Daniel; PAIVA, Daniel. (Dir.). *Malditos cartoonistas* [Documentário]. [s.l.]: Cavídeo, Tarja Preta, Daniéis Entretenimento, 2011. Trailer do filme. (3 min) son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xhFxxC_gLgM>. Acesso em: 20-02-2015.

KJAER, Karston (Dir.). *Charges sangrentas de Maomé*. Copenhagen: Produção de Freeport Media A/S & Associates, 2007. Vídeo on-line (52 mim), son. color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wMCCGsZEa9k>>. Acesso em: 20-02-2015.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOURA, Sérgio Arruda de; LUQUETTI, Eliana; BANDOLI, Giselda Dutra. A metodologia interdisciplinar: o linguístico e o discursivo na abordagem das línguas e dos textos. In: LYRA, Pedro (Org.). *Conhecimento em processo: ensaios interdisciplinares sobre linguagem e cognição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Eduenf, 2011, p. 171-190.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Introdução. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 7-15.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola, 2009.

ROSE, Flemming. A expressão não pode ter limites. *Revista Veja*, São Paulo, vol. 48, n. 3, p. 64-65, 2015.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 209-233.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da Pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

WATKINS, Nathalia. A Europa contra o mal. *Veja*, São Paulo, vol. 48, n. 3, p. 57-60, 2015.

WOLF, Eduardo. Não temos medo. *Veja*, São Paulo, vol. 48, n. 3, p. 72-73, 2015.